



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

A quinquagésima reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta e cinco minutos. **Compareceram** os conselheiros: Francisco Luiz da Rocha Simões Pires, SEMA – presidência; Bernardete Castro, SOP – vice-presidência - suplente; Margareth Vasatta Silva, Secretaria do Planejamento e Gestão – suplente; Israel Barcelos Abreu, Secretaria da Saúde – suplente; Marta Hermínia, SEDAI – suplente; André Agne Domingues, Secretaria Especial para Assuntos da Casa Civil, suplente; Márley Caetano de Mendonça, Sistema Nacional de Recursos Hídricos – representante titular; Luiz Fernando Cybis, Comitê do Lago Guaíba – titular; Leda Famer, Comitê Tramandaí – titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – suplente; Cláudio Marcelo Marques de Moraes, Comitê Baixo Jacuí – titular. **Ausentes:** Eduardo Krause, Secretaria dos Transportes; João Carlos Felix, Secretaria da Energia, Minas e Comunicações; Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente; João Francisco Giuliani, Comitê Santa Maria – titular e Zuleica Santos, Comitê Ijuí – suplente; Lenison Maroso, Comitê Apuaê-Inhandava – titular e Cláucia Kapper, Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo – suplente. **Ausência Justificada:** Aloisio Sirangelo Braun, Secretaria da Ciência e Tecnologia – suplente; Luis Antônio De Leon Valente, Secretária da Agricultura **Demais participantes:** Tania Zoppas, Comitê Caí; Arcângelo Mondardo, SARGS; Maria Salete Cobalchini; FEPAM; Maria Claudia Vasconcellos, Imprensa/SEMA; Jussara Neves e Carlos Alvin Heine, CORSAN; Maurício Colombo, Comitê Lagoa Gravataí; Julio Almeida, Ministério Público – CAOMA; Ada Piccoli, Comitê Gravataí; Valery Pugatch, IRGA; Paulo Paim, DRH/SEMA, Ana Elizabeth Carara, Carmem Lucia Silveira da Silva, Vania Oliveira – Secretária Executiva do CRH/SEMA. O presidente deu boas-vindas aos presentes e iniciou a reunião. O presidente cientificou que a ata foi repassada no prazo regimental aos conselheiros e não houve solicitação de correções. Colocou em votação a dispensa da leitura da ata. Aprovado a dispensa. **Item I – Comunicações** – O presidente esclareceu que não seria em comunicação a apresentação dos projetos do DRH e sim, em assuntos gerais. A secretária executiva Ana Elizabeth Carara fez a leitura do e-mail justificando a ausência do Conselheiro Valente, representante da Secretaria da Agricultura, à reunião devido a outro compromisso agendado anteriormente; do Ofício da Secretaria das Obras Públicas informando que a SOP estará sendo representada na reunião pela Arq. Bernardete Longui Castro; Ofício 015/2009 da presidente da Comissão Binacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Paso de Los Libres – Uruguiana requerendo a formação da Comissão de implantação do Comitê da Bacia do Rio Uruguai. Solicitação do Comitê Caí para assinatura conjunta de ofício do Comitê Cai e presidente do CRH a ser encaminhado as Câmaras e Prefeituras da Bacia solicitando que envidem esforços para o tratamento de esgoto em seus municípios. O presidente encaminhou o ofício conjunto a Assessoria Jurídica da SEMA para parecer. Aproveitando o item comunicações o presidente informou que participou na parte da manhã, como representante da SEMA, da Quarta Marcha das Câmaras de Vereadores da Quarta Colônia e região, parlamento da quarta colônia. Uma das questões levantadas e encaminhadas à Secretaria, foi a solicitação de recursos para investimentos em saneamento nos municípios de menor estrutura financeira, para que estes possam



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

50 fazer obras, projetos de saneamento. Então, comunicou que está em exame no CRH
51 uma proposta de resolução de acesso pelos municípios ao FRH e, então recebeu
52 delegação para fazer a solicitação, pedido expresso de cento e poucos vereadores,
53 da região da quarta colônia, de que os conselheiros diligenciem junto a Câmara
54 Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos do CRH, onde tramita essa resolução,
55 agilidade para o encaminhamento e apreciação do Conselho. Após, o presidente
56 procedeu à leitura da Ordem do Dia, invocando o artigo 34 do Regimento Interno do
57 CRH, e solicitou a inclusão do tópico que lhe parece importante, mas que estava
58 fora da Ordem do Dia, o Regimento Interno das Câmaras Técnicas do CRH.
59 Colocado em votação, aprovada a inclusão. **Item I - Ata da 49ª reunião ordinária**
60 **do CRH/RS** - Como não houve solicitação de correções na ata e dispensada à
61 leitura, o presidente colocou em votação. Ata aprovada por unanimidade. **Item II – 1)**
62 **Proposta de Resolução de Enquadramento do Rio Gravataí** – O presidente
63 Simões Pires convidou Maurício Colombo, presidente do Comitê Gravataí, a
64 manifestar-se sobre o assunto. Maurício disse que o Comitê após muitas discussões
65 através da Secretaria Executiva do CRH, está encaminhando ao plenário a proposta
66 de Resolução para Enquadramento das Águas do Rio Gravataí. Saliu um dos
67 considerando da Resolução que fala na audiência pública ocorrida em 1997,
68 passados doze anos solicitou a sua aprovação aos conselheiros. Aproveitou para
69 despedir-se do CRH, pois o Comitê está em processo eleitoral e haverá eleição da
70 nova diretoria. O presidente Simões Pires solicitou que ficasse consignado em ata,
71 que nestes dois anos em que preside o CRH, a forma cavalheiresca, gentil,
72 inteligente, a dedicação e o trabalho do presidente Maurício. Colocada a proposta
73 em discussão foram feitas algumas alterações redacionais e após em votação.
74 Aprovada a Resolução de Enquadramento. **2) - Regimento Interno das Câmaras**
75 **Técnicas do CRH/RS** – O presidente informou que na época da criação das
76 Câmaras Técnicas do CRH, ele e Paulo Paim, pensaram em um regimento interno
77 enxuto para não atrapalhar o andamento dos trabalhos das próprias câmaras e fez a
78 leitura da proposta de Regimento Interno. Conselheira Leda Famer observou que a
79 data deveria ser corrigida no texto apresentado. Conselheiro Daniel Schmitz
80 questionou o número de membros para as Câmaras Técnicas de Gestão de Região
81 Hidrográfica, principalmente porque na Resolução nº 43/07 normatiza que serão os
82 comitês da Região Hidrográfica Instalados, e na do Guaíba são nove e não onze
83 membros. O diretor Paim explicou que, na montagem da Resolução nº 43 havia a
84 preocupação com o número mínimo de participantes e não com o máximo, sendo
85 aberta a participação também para as Secretarias que fazem parte do CRH
86 considerando-se a SEMA como membro nato e, quanto às demais apenas a
87 Secretaria de Obras manifestou interesse. O presidente Simões Pires propôs retirar-
88 se o máximo do texto. Conselheiro Cybis sugeriu que as Secretarias sejam membros
89 convidados, sem direito a voto, e os comitês da região membros natos. O presidente
90 lembrou que isso só seria possível com a alteração da Resolução nº 43. O diretor
91 Paim lembrou novamente da construção das CTs, e afirmou que a SEMA não
92 poderia ficar de fora, participando apenas como convidada. Conselheiro Marley
93 elogiou primeiramente a proposta de regimento porque está sucinta, muito clara, a
94 redação muito boa e sugeriu alterações. A título de colaboração informou que lá no
95 CNRH eles tinham este problema de *quorum* nas reuniões e optaram por substituir a
96 instituição, até mesmo as governamentais, e que no início tiveram problemas
97 políticos. Justificou não ser uma proposta de alteração, mas apenas gostaria de
98 registrar que no CNRH houve esse avanço, e recomendou também que as CTs,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

99 assim como os Gts possam convidar especialistas para contribuir com as matérias a
100 serem discutidas. Conselheiro Israel afirmou que na Câmara Técnica de Águas
101 Subterrâneas - CTAS, uma entidade já justificou a ausência cinco vezes, mesmo
102 trocando o membro representante ela continua faltando. Perguntou ainda se a
103 Secretaria da Saúde é membro nato como a SEMA na CTAS. O presidente
104 confirmou que sim conforme a Resolução n^o 43. O Conselheiro Cybis disse que não
105 entendeu no artigo 19 onde diz que “o Regimento Interno será alterado pela Câmara
106 Técnica”. O presidente explicou que seria uma possibilidade de solução de
107 problemas que viessem a ocorrer nas CTs mas desta forma, sugeriu que se
108 suprimisse a locução. Cybis disse também não concordar com o pedido de vistas em
109 Câmaras Técnicas. O presidente esclareceu que o pedido de vistas é para esgotar
110 todas as possibilidades de discussões até chegar ao plenário do CRH e não haver
111 demora no momento da homologação por este, promove o fortalecimento de tudo o
112 que vem da CT, amplo debate, e colocou em votação o texto básico da proposta de
113 regimento, com as seguintes alterações: primeiro - eliminação do número máximo de
114 membros; segundo - pedido de vistas uma única vez; terceiro - Parágrafo Único do
115 Art. 11 “implica nova nomeação imediatamente após sua declaração”; quarto -
116 Parágrafo Único no Art.14- “o presidente da CT poderá convidar profissionais”;
117 quinto – Art. 19 – suprimir a locução “Câmara Técnica”; sexto – Art. 6^o acrescentar
118 “via digital”. Aprovado o Regimento Interno das Câmaras Técnicas do CRH/RS. **Item**
119 **III - Assuntos Gerais:** O presidente convidou o diretor Paim para fazer a
120 apresentação dos Projetos do DRH. Paim informou que o Plano Estadual de
121 Recursos Hídricos, considerando a lamentável falha administrativa e conseqüente
122 perda do prazo do contrato, está saindo uma nova licitação para a sua conclusão.
123 Agora falta retomar a discussão com a sociedade do RS sobre a realidade dos
124 mananciais, a julgar pelo que aconteceu no verão para definições do que fazer. Isso
125 é o que chamamos da fase C, e a fase D é simplesmente transformar esses
126 acordos, programas em legislações. Disse que lhe foi perguntado na Assembléia
127 Legislativa do Estado de que forma o RS irá enfrentar o problema da estiagem.
128 Respondeu ser o Plano Estadual uma bela ferramenta na medida em que vai deixar
129 claro que uma, duas, três ações resolvem, mas que precisa ser um conjunto de
130 ações ocorrendo simultaneamente, articuladamente e este processo esta sendo
131 construído no âmbito do Plano Estadual. Ações iniciadas dois ou três meses atrás,
132 dele e da Maria Salete Cobalchini, que está trabalhando no DRH, e que estão
133 finalizando são os Termos de Referência (TRs) dos Planos de Bacia as quais já
134 iniciaram alguma parte do processo. Confirmou a decisão do Secretário Berfran e
135 presidente do CRH de licitar a elaboração dos TRs de processo de planejamento
136 para a totalidade das bacias do RS, mesmo aquelas com comitês recém-formados.
137 Aqueles Comitês de Bacia Hidrográfica que já tem processo em andamento, a
138 decisão é que fica a cargo dos comitês a apresentação de suas metas técnicas para
139 continuidade ou a famosa fase C. Todos os comitês terão um Termo de Referência
140 para poder contratar, licitar os seus Enquadramentos. Estas ações elevam o
141 patamar geral da situação da Gestão dos Recursos Hídricos, propriamente dita no
142 RS, assim como valoriza definitivamente isto que o CRH acabou de aprovar do
143 Comitê Gravataí, o Enquadramento. Outra questão do DRH é que, no máximo em
144 dez dias estará pronto o termo de referência para a contratação de todos os estudos
145 de disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas do RS que ainda não os tem.
146 Salientou que, hoje em dia é possível saber nas vinte e uma bacias a disponibilidade
147 hídrica, mas no nível do plano, acordos, não numa escala de outorga propriamente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

148 dita. Acredita que março ou abril de 2010 seja o tempo necessário para a definição
149 deste cenário, já que teremos essa condição real, que irá colocar o departamento e
150 o Estado no patamar maior, comparado com o que se tem hoje, em termos de
151 outorga como instrumento de gestão. Todos lembram que as bacias Sinos, Santa
152 Maria e Gravataí têm regras de repartição das águas, feitas pelos Comitês de
153 Bacias, regras operacionais aprovadas todos os anos no CRH. Isso só é possível
154 nestas três bacias se tem disponibilidade hídrica e cadastro de usuários. Ainda com
155 relação a outorga o Secretário Berfran deve estar lançando no final de julho a
156 proposta de cadastro por adesão em todo o RS para todos os usuários da água.
157 Dentro da idéia de esclarecimento, com o simples fato do usuário se cadastrar, esta
158 sendo recompensado, pois imediatamente ele passa a fazer parte do banco de
159 informações do DRH. Este cadastro permitirá primeiro entrar numa linha de
160 regularização dos usos da água, e num segundo mais aprofundado, fazemos o
161 balanço hídrico com as disponibilidades que terão sido levantadas. Depois de um
162 esforço grande do Secretário Francisco, o DRH convidou um conjunto de atores
163 envolvidos na questão das águas subterrâneas como a FIERGS, FARSUL, ABAS,
164 CREA, Secretaria da Saúde. Esse grupo de representantes trabalhou durante dois
165 ou três meses e chegou a um consenso interessantíssimo, ou seja, que o Decreto nº
166 22430 que diz onde tem rede de abastecimento público da CORSAN, DMAE,
167 SAMAE e etc., só poderão ser perfurados poços para uso industrial, na agricultura e
168 floricultura. O decreto só usa essas três palavras, que são verdadeiras caixas pretas.
169 O que o grupo propôs foi abrir o decreto, onde fala agricultura entenda-se por isso
170 tais e tais fatores, o mesmo com a floricultura e indústria. E ainda, um jeito de
171 colocar a lavagem de carros em postos de gasolina, atividade que não se
172 enquadrava em nenhuma das três. Com isso, se colocou nas mãos da SEMA e a
173 disposição do Secretário um material que poderá se transformar em uma portaria da
174 SEMA para orientar as outorgas. Esse trabalho encontra-se no jurídico da SEMA
175 para fechamento. Paim pediu autorização do Secretário Francisco para informar que
176 terminaram, por empenho pessoal do Sec. Francisco, explicando que não veio ainda
177 ao CRH porque precederá de discussão no Comitê, uma minuta de regramento do
178 uso da água na bacia do arroio Velhaco. Com apoio técnico do pessoal do DRH e
179 apoio jurídico do Secretário Francisco está formatada uma minuta de resolução
180 operacional a bacia do arroio Velhaco. O presidente Simões Pires manifestou que
181 quando o diretor Paim se refere a sua pessoa, na verdade é um assunto conjunto,
182 desafios estabelecidos quando conheceu o Paim e ingressou no sistema. Foram
183 otimistas e nunca desistiram de algumas idéias, dentre elas essa do Velhaco.
184 Sempre achou uma injúria, ter delegado ao IRGA fazer a gestão durante anos, só se
185 discutia o conflito e entendia que era uma fatia de renúncia do Conselho, inaceitável,
186 e também uma renúncia inaceitável do DRH e acima de tudo da SEMA. O
187 Presidente ainda em assuntos gerais comunicou que encaminhou ao Secretário
188 Berfran uma proposta de um Programa Estadual de Conservação dos Aquíferos e
189 certamente irá para análise do diretor Paim e após o Secretário encaminhará ao
190 CRH para participação e construção. Sendo esta apenas uma proposta que foi
191 desenhada em razão da preocupação da demanda que o Ministério Público faz a
192 SEMA. O geólogo Carlos Heine, presidente da CTAS, solicitou que esta proposta
193 seja encaminhada a sua Câmara Técnica para conhecimento. O presidente Simões
194 Pires explicou que o Secretário irá analisar, poderá até rejeitar a sua idéia, mas na
195 instância da SEMA consultará o DRH e seguramente irá encaminhar ao CRH e
196 apreciação da CTAS. Cybis, conselheiro e presidente da CTG, relatou o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

197 encaminhamento a CTG de um assunto que está tramitando no CONSEMA, uma
198 solicitação do DMAE e CORSAN para alteração da Resolução nº 128/06, que trata
199 de parâmetros para lançamentos de efluentes, especificamente o Nitrogênio
200 Amoniacal. A CTG apreciou esse assunto, pela manhã, e resolveu solicitar a mesa o
201 encaminhamento ao CONSEMA com um pedido de informações à Câmara Técnica
202 de Qualidade Ambiental se foi considerado, na proposta aprovada nesta Câmara, os
203 processos existentes de Enquadramento nas bacias. A CTG preocupa-se com os
204 prazos desta proposta apresentada. O conselheiro Israel disse que não foram
205 levados em consideração os Enquadramentos. O presidente se penitenciou por não
206 ter havido a reunião conjunta com o CONSEMA, cuja pauta seria essa e deferiu pelo
207 encaminhamento da solicitação, orientando a Secretaria Executiva do CRH que
208 encaminhe ofício ao CONSEMA para colher estes dados na CT. Cybis lembrou a
209 Resolução nº 56/09, onde foi dado a CTG a competência de acompanhar a
210 articulação das medidas necessárias para implementação da Agência de Região
211 Hidrográfica através de Contrato de Gestão com a Metroplan. Primeiramente
212 perguntou à mesa em que pé estão estas medidas, e o que está acontecendo e em
213 um segundo momento, uma manifestação forte da insatisfação da CTG, porque o
214 processo não anda, se arrasta. Lembra que essa atividade de recursos hídricos é
215 uma atividade colegiada onde ele e outros presidentes vão para frente de pessoas,
216 animam, articulam, convencem e o processo não anda desde o ano passado. Isso
217 gera uma falta de acreditar no processo, uma desmobilização das entidades dos
218 comitês. Não é sobre o tempo que se gastou no GT ou na CTG na preparação da
219 estratégia de como isso poderia ser feito, mas principalmente a perda do momento,
220 a perda de um momento em que houve uma grande mobilização. A CTG se sente
221 tolida de qualquer ação posterior até que se tenha o contrato temporário com a
222 Metroplan. O presidente Simões Pires solicitou que a Secretaria Executiva
223 encaminhe ao senhor secretário Berfran ofício solicitando informações sobre o
224 acatamento da Recomendação e da Moção deliberados em reunião pelo plenário
225 sobre este assunto. O Conselheiro Cláudio Moraes disse que ouviu a manifestação
226 sobre a Quarta Colônia, a qual grande parte dela situa-se na Bacia do Baixo Jacuí, e
227 informou que são permanentemente convidados a comparecer nas reuniões do
228 Comitê Baixo Jacui, incluindo reuniões itinerantes, e não encontraram nenhuma
229 guarida deles. Não no aspecto recepção, foi em Faxinal do Soturno, que foi muito
230 boa. Enfatizou que, de todos os convites constaram nenhum comparecimento da
231 Quarta Colônia nas reuniões do Comitê e solicitou a sugestão de uma forma de
232 fazer contato com esse pessoal e saber o que está havendo. O presidente Simões
233 Pires prestou esclarecimento novamente sobre a reunião da Quarta Colônia
234 informando que surgiram três demandas: dragagem do Vacacaí-Mirim e como
235 tinham audiência com a Governadora, não teve tempo de falar que deveriam
236 participar do Comitê. Quando eles falaram que os municípios que não tinham
237 suficiência financeira para obras de saneamento sua resposta foi que tramitava no
238 Conselho a resolução e ai se penitenciou que não teve tempo de dizer a eles se
239 interessarem em participar dos Comitês. Considerando que o Vacacaí-Mirim já tem
240 Comitê instalado em Santa Maria prometeu repassar ao Conselheiro Cláudio o que
241 foi discutido na reunião para que estimulem a participação deles. Leda Famer
242 informou que o Comitê Tramandaí fez uma reunião em Osório com a EMATER,
243 Sindicato dos Trabalhadores e Produtores Rurais para tentar implantar a Resolução
244 da irrigação de micro açudes. Na verdade, os municípios tinham dúvidas como
245 proceder ao licenciamento. Então, chamaram o companheiro Roxo da FEPAM e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

246 através disso conseguiram compor uma reunião no dia 30 de junho e continuarão
247 com essa reunião para esclarecer, porque havia uma névoa de como deveriam
248 proceder para a regularização dos micro açudes e como os municípios vão se
249 comportar com o decreto da Irrigação. Estão negociando junto com a EMATER,
250 Sindicatos de Trabalhadores e Produtores Rurais. Leda continuou se dizendo
251 chorando pelos recursos financeiros do Comitê. O presidente interrompeu
252 informando ter assinado o plano de trabalho. Leda agradeceu e comunicou que
253 conseguiu com a ajuda do Dr. Julio Almeida, um parceiro, que disponibilizou um
254 pequeno recurso de uma compensação ambiental e então estão realizando dentro
255 do Comitê Tramandaí uma rede ambiental, treinando e capacitando 43 professores
256 com apenas dez mil reais. Disse ainda que, existe em Osório uma questão na qual
257 deputados vem debatendo com empreendedores, a questão da reserva legal e as
258 APPs. Está havendo um movimento muito grande de redução das APPs e isso
259 preocupa muito o Comitê Tramandaí, porque existem vinte e três lagoas na bacia e
260 requereu que haja um debate mais amplo pelo CRH ou pelo CONSEMA desta
261 questão ambiental. Lembrou que este assunto já foi discutido pelo Conselho de Meio
262 Ambiente da FAMURS no dia 08 de junho e consideraram que mudar o código
263 florestal é temerário neste momento. Devido aos ganhos que temos aqui no RS, há
264 necessidade de mudanças, mas não através de Decreto, sim através de lei, há
265 necessidade de trabalhar com maior critério técnico, ter zoneamento ecológico e
266 econômico. Acreditam que deve haver incentivo para aqueles que preservam e não
267 incentivar aqueles que querem degradar. O presidente Simões Pires informou que
268 no dia 25 de junho haverá uma discussão na Assembléia Legislativa do Estado, no
269 Dante Barone, às quatorze horas, com a presença do Ministro Minc sobre o código
270 florestal. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente Francisco Luiz da Rocha
271 Simões Pires encerrou a reunião e eu, Ana Elizabeth Carara, Secretária Executiva
272 do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.